

A CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS DE GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPITÃO ENÉAS - MG

Autores: WERONICA MARIA BRITO SANTOS, ANA CLAUDIA SOARES DA SILVA, JOAO GILDASIO VELOSO MAIA, CASSIO ALEXANDRE DA SILVA

RESUMO: A Cartografia Social é considerada um instrumento que dar ao sujeito social visibilidade e possibilidade na conquista de direitos exercendo a democracia e a cidadania. Por meio da Cartografia da Ação Social é possível organizar e implantar políticas públicas legitimadas e eficazes, coniventes com quem realmente irar usá-la. O estudo de natureza investigativa bibliográfica tem como objetivo principal, apresentar as vivências e lutas sociais das gestantes atendidas em grupo nas Unidades Básicas de Saúde em Capitão Enéas. Através do método descritivo, revisão de literatura com foco no conteúdo abordado. O levantamento de conceitos e dados na literatura científica, se torna pertinente na construção de relações com outras categorias sociológicas, jurídicas, ambientais e políticas. Os resultados permitirão analisar que o trabalho em grupos de gestantes descreverá as demandas, desejos e conquistas diárias dessas mulheres, que vivem o cotidiano, logo entendem em instância real as ações desenvolvidas no território usado.

PALAVRAS-CHAVES: cartografia da ação social; políticas de saúde; grupo de gestantes

INTRODUÇÃO

A Cartografia Social tem em um dos seus instrumentos o mapeamento participativo, que para Acselrad e Coli (2008) designa - aquela que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Essa ganha destaque a partir da década de 90 tanto em escala mundial como nacional.

A Cartografia Social consente aos protagonistas sociais fazerem a descrição da área, e vai além, já que permite também a partir dos sujeitos constroem uma interpretação política e crítica, centrada na descrição da realidade e do cotidiano. Diversas comunidades, movimentos e grupos sociais têm-se empenhados em mapear seus territórios, percebendo ser esse mais um instrumento para defender seus direitos; assegurar seu território; proteger seu patrimônio socioeconômico e cultural; reivindicar melhorias na qualidade de vida; reformular e adaptar políticas públicas. ALMEIDA (2005)

Para Almeida (2005, p. 101) os “mapas situacionais” constituem um recurso de método para registro da diversidade das situações sociais, mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração, contudo, plenamente possíveis de espacialização, e chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de “realidades localizadas e processos sociais”.

Outra designação importante é a da Cartografia da Ação Social, que segundo Ribeiro *et al* (2001- 2002) é a da denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Na Cartografia da Ação Social é possível a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Carta e mapa podem ser ferramenta analítica com sustento da memória dos outros.

Para que as políticas públicas que se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constroem a realidade, sejam legitimadas e obtenha eficácia, é necessário manter um dialogo sólido entre o social e o institucional.(SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES)

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas, segmentos, movimentos e grupos mais vulneráveis. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. No entanto, muitas vezes o público alvo de uma política pública não sabe ao menos dos seus direitos e deveres. (TEIXEIRA, 2002)

O Ministério da Saúde ao consolidar a implementação do Sistema Único de Saúde, orienta que nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), local prioritário de atuação das equipes de Atenção Básica, com alto grau de descentralização e profunda capilaridade no território nacional, que mais se aproxima do cotidiano das pessoas, sejam realizados grupos com mulheres gestantes, esses devem desenvolver atividades educativas com as gestantes tendo como foco principal a aprendizagem em grupo ou individualmente, e devem conter uma linguagem clara de fácil compreensão, com o objetivo de repassar orientações gerais sobre os cuidados na gestação, alterações fisiológicas e emocionais além de cuidados com o recém-nascido, amamentação e planejamento familiar. Deve-se envolver o pai e a família, respeitando a cultura e o saber popular de cada um (BRASIL, 2002).



Este trabalho servira-se da proposta metodológica via Cartografia da Ação Social, desenvolvida por Ana Clara Torres Ribeiro, que recebe destaque junto a grupo de gestantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde em Capitão Enéas, sobre a ótica de alguns profissionais de saúde. O objetivo principal consiste em apresentar as vivências das mulheres que participam de grupo de gestantes, para fins de organização e implantação de políticas de saúde que atenda melhor a população local, bem como ampliar e efetivar direitos de cidadania, estados nas lutas sociais que possam ser reconhecidos institucionalmente.

Por intermédio da abordagem teórica de autores como Ana Clara Ribeiro, Henri Acelrad, Alfredo Almeida dentre outros autores que relacionam conceitos e categorias que intermedia conhecimento popular e a participação social cartográfica decorrente de saberes como base para a formulação conceitual e ações de políticas públicas na esfera social, ambiental, político e econômico, o estudo direcionará em levantamentos de dados, usando metodologia do tipo estudo exploratório.

OBJETIVO

Apresentar a instrumentalização da Cartografia da Ação Social junto ao grupo de gestantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde de Capitão Enéas, para fins de organização e implantação de políticas de saúde que atenda melhor a população local.

PROPOSTA METODOLOGICA DACARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL

A Cartografia da Ação Social apresenta uma metodologia a qual é possível perceber um vínculo estreito da Geografia e a Sociologia. É considerada um instrumento que dar aos sujeitos simples visibilidade e possibilidade na conquista de direitos, promove ação portadora de sentidos, descreve uma visão de mundo baseado no cotidiano da vida coletiva. Para Ana Clara Torres Ribeiro, grande defensora desse estudo, por meio da Cartografia da Ação Social é possível compreender as representações dos movimentos da sociedade, das lutas (protestos, reivindicações e manifestações) e de novos desejos, das ações e desejos das bases populares, isso é a cartografia da ação.

A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Significa, portanto, tanto a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, o mapa não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos, mas sim como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros. Neste sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz, fazendo. Uma cartografia praticada, que não seja apenas dos usos do espaço, mas também utilizável, de forma que ocorra a sincronia espaço-temporal, o que apoiaria, inclusive, o trabalho interdisciplinar. Esta seria uma forma de representação da ação que poderia alimentar narrativas e que, em vez do território naturalizado, trataria, como orienta Milton Santos (1996, p. 18), de território usado. (RIBEIRO *et al.*, 2001-2002, p. 4)

Corroborando com socióloga Ribeiro, a Cartografia da Ação Social é uma proposta teórica e metodologia de referencia dialógica e dialética, que parte do princípio e representações coletivas que podem apresentar formas de apropriação do espaço pelos movimentos e grupos sociais que são capazes de fazer leituras do território, e das oportunidades. Tal proposta pode nortear o Estado na implantação e organização de políticas públicas de saúde mais eficaz e coerente com a realidade local de cada região.

A Cartografia da Ação Social permite experimentar por meio de exercícios de construção de novos mapeamentos e símbolos construídos a partir de um contexto do espaço vivido e concebido as novas formas de representação, aos novos projetos e aos novos sentidos das ações dos sujeitos vistos como comuns, como banais. Ribeiro (2001- 2002)

Silva; Schipper (2012) explanam que Cartografia da Ação Social constrói-se no movimento da sociedade, por meio dos anseios, dos desejos, das trajetórias e da imaginação dos homens lentos pensado por Milton Santos (1996) e do compromisso humano de reflexão, consciência das contribuições e ambições que criam a segregação sócioespacial apontado por Paulo Freire (1979). Essa cartografia representa a resistência, as insurgências, outras visões de mundo, diferente da cartografia oficial, da cartografia da mídia, da cartografia e da cartografia das empresas.

Essa pratica de mapeamento e representações coletivas vêm de encontro aos discursos teóricos metodológicos de Milton Santos (1994; 1996; 1999) que apresenta a valorização do homem lento, bem como, a categoria território usada, que constitui uma leitura do espaço que reconheçam a centralidade das práticas na configuração de projetos políticos alternativos ao agir hegemônico; Edgar Morin (1996) que discorre do compromisso ético com o reconhecimento da complexidade do dialogar com o mundo; Boaventura Santos (1991) que indica a necessidade de reconhecer o espaço como condutor do pensar e do agir; Carlos Fuentes (1994) advém o espaço elaborado através de narrativas que resgatam o direito de nomear e de dar voz, de recordar e de desejar.

A Cartografia da Ação Social acontece em oficinas, as quais vale a presença das pessoas envolvidas (sujeitos sociais, profissionais, técnicos, pesquisadores). Primeiro momento há a exposição da proposta do trabalho, em reuniões com os participantes (gestantes), prosseguindo sugere debates teóricos sobre políticas públicas, em especial foca nas políticas de saúde, situação social, política e econômica da população local, abordagens do cotidiano do individual ao coletivo. A Autocartografia acontece quando as gestantes expõem suas demandas, necessidades, sugestões georeferenciando o que cabe a população local a partir das suas experiências de vida.

REPRESENTAÇÕES COLETIVAS – LEITURA DO TERRITÓRIO E DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NA VISÃO DE GRUPOS DE GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)

Para Fernandes (2008) os grupos se configuram em espaços para o ajustamento criativo e crescimento pessoal, é também um espaço propício a afirmação e vivências intensivas das identificações e alienações, visto que a pessoa pode potencializar no grupo o seu desejo de mudança.

Segundo Ozório (1989) nos serviços de saúde, o grupo é um espaço social e temporal, onde as pessoas com objetivo comum, que opera se estrutura à medida que se relacionam. Em consonância com os pressupostos Teixeira (2009) afirma que os grupos configuram como espaços onde as pessoas falam dos seus problemas, buscam soluções, assistido por um profissional, que fazem com que a informação circule, da experiência técnica a vivência prática das pessoas envolvidas no processo saúde-doença.

Os grupos operacionais, termo definido pelos profissionais nos serviços de saúde que fazem atendimentos coletivos, a forma de intervenção junto a comunidade, objetiva trabalhar a prevenção de agravos e promoção da saúde, por meio da realização da implementação de ações educativas em saúde. Se as práticas educativas devem dialogar e reconhecer o caráter histórico social, políticos e econômico da população local que buscam serviços no setor de saúde, o alfa seria romper com políticas públicas de modelo normatizador e intencionalista priorizar a fala do sujeito social que usa o território conhece a realidade e a demanda do lugar. A Secretaria de Políticas para as Mulheres diz que implantar uma política pública, significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem a partir da constatação das reais necessidades.

Ao indicar o trabalho por meio da Cartografia da Ação Social nos grupos de gestantes que são acompanhadas por profissionais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde em Capitão Enéas, esse seria ferramenta oportuna para humanizar os serviços de saúde, bem como, valorizar o processo coletivo de diálogo, análise e escuta, que destaca as narrativas e percepções das mulheres de diferentes espacialidades e visão de mundo, que podem contribuir com formulação à avaliação de políticas de saúde já em vigor ou apresentarem alternativas que possam atender aos interesses da maioria da população.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A Cartografia Social é de suma importância, uma vez que pode auxiliar na organização e implementação de políticas públicas que atenda de fato da população. Esse método possibilita os sujeitos sociais, identificar seus territórios repassar as visões locais ao exterior, reafirmar o grande valor dos saberes tradicionais, bem como ampliar e efetivar direitos de cidadania, gestados nas lutas sociais que possam ser reconhecidos institucionalmente. O trabalho com grupo de gestantes em Capitão Enéas, será de grande relevância nas contribuições de ações de saúde mais eficazes, que atenda a população eneapolitana. Acredita-se que esse trabalho com as gestantes será capaz de identificar as possibilidades e espaços existentes, as dificuldades e limites da atual prática, das contradições dos projetos de distintas esferas do poder político, e indicar caminhos para se construir propostas articuladas de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Identidade, Territórios e Movimentos Sociais na Pan –Amazônia. In: Populações Tradicionais: questões de terra na Pan-amazônia. Belém. UNAMAZ, 2005.

ACSELRAD, Henri (org). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais)

Realização:

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR

Apoio:



_____. A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 36, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/227>. Acesso em: 09.setembro.2017.

BRASIL. Ministério da saúde. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília: Ministério da Saúde, 1997

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica – Guia prático do Programa saúde da família. Brasília: Ministério da Saúde, 2006

_____. Secretaria de Políticas para Mulheres. Brasília, 2002

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001-2002.

RIBEIRO, A. C. T. Por uma sociologia do presente ação, técnica e espaço. Vol.04. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2013

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro, 2001

POGGIESI, Héctor Atilio. Movimientos sociales, formulación de políticas y redes mixtas socio-gubernamentales: para un nuevo “saber-hacer” en la gestión de la ciudad. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

SILVA, Catia. A. da, SCHIPPER, Ivy. Cartografia da ação social: Reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Revista Tamoios (Online)*, v.8, p.20 - , 2012

TEIXEIRA, E. C. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. São Paulo, 2002

TEIXEIRA, R. Grupo operativo: um desafio para os profissionais da saúde da família. Trabalho de conclusão de curso de especialização Processos educativos em saúde. Escola de Saúde de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009